

# A Luta Antituberculosa no Mundo e nas Forças Armadas Portuguesas (Parte II)

Major-general  
Esmeraldo Alfarroba



Como se a insegurança da Saúde Pública reavivasse permanentemente o velho mosteiro!

## Preâmbulo

O presente artigo insere-se no âmbito do tema em título, publicado na Revista Militar N.º 2627 - dezembro 2020, págs. 1055-1072<sup>1</sup>, agora com a pretensão de apresentar um esboço histórico do Hospital Militar de Belém, pelo significado que teve na luta contra a Tuberculose, em particular, e as Doenças Infecciosas em geral, na vertente da Saúde Militar.

Deve-se, também, ao relevo que tem, ainda nos dias de hoje, uma infraestrutura que foi planeada arquitectonicamente para a edificação de um Bloco Hospitalar modelar, especificamente destinado ao internamento e tratamento das Doenças Infecciosas, com um elevado número de camas e nas melhores condições de assepsia possíveis para os doentes e profissionais de saúde.

Acresce o impacto das infecções hospitalares, não só em termos económicos, como psicossociais, para compreendermos que o conceito de Hospital dedicado a Doenças

**Revista Militar N.º 2686 - Novembro de 2025, pp 921 - 942.**

*:: Neste pdf - página 1 de 26 ::*

Infecciosas continua actual, pronto para ser um bastião em termos de Saúde Pública, pela relevância que epidemias, pandemias ou mesmo situações de Guerra Biológica poderão vir a ocorrer, no futuro.



Figura 1 - Bloco Hospitalar actual do Hospital Militar de Belém.

## **A. Esboço histórico de um Hospital Militar destinado a doenças infecciosas <sup>2,3,4,5,6</sup>**

1. Tudo começou após o terramoto de 1755, quando a zona da Ajuda foi, na área de Lisboa, das mais bem preservadas por estar assente numa zona rochosa. O próprio Rei D. José I mandou construir, no Alto da Ajuda, a designada “Real Barraca”, de madeira, que depois de ter sido destruída por um incêndio, levou o futuro D. João VI a aprovar a construção do actual Palácio da Ajuda.

O comprovado baixo risco de sismicidade daquela zona terá sido, assim, determinante para a edificação do hospital, sendo da maior importância o dever de preservar esta infra-estrutura para situações de calamidade, atendendo às ameaças sísmicas que, reconhecidamente, pairam sobre Lisboa.

2. Cientes disso mesmo, os Frades da Ordem dos Eremitas Descalços de S. Agostinho, desalojados da Boa-Hora, na Baixa de Lisboa, por terem ficado com o Convento

destruído, edificaram, naquele local, um novo Convento de traça Pombalina e, ao lado, a Igreja de Nossa Senhora da Boa-Hora.

Daí, o LARGO chamar-se da BOA-HORA à AJUDA.

3. Em 1834, após as Lutas Liberais que assolaram o País, os frades ficaram do “lado mau” da história e o ministro Joaquim António de Aguiar, o “Mata Frades”, não vacilou, e retirou o Convento aos religiosos, entregando-o aos militares, ficando a Igreja para o nobre Povo, que, de genuína raiz católica, ali continuou a preservar a Fé Cristã.

4. Para efectuar a adaptação do convento a unidade militar, onde estava a janela central, abriu-se a porta da frente na estrutura conventual, até à data mais recatada, pela clausura monástica.

5. A nova Unidade Militar foi de Infantaria e de Artilharia, até que, em manobras militares, no tempo de Mouzinho de Albuquerque, foi utilizada como Hospital de Campanha de apoio à instrução entre Monsanto e Queluz.

6. Em janeiro de 1890, entrou o primeiro doente naquele que viria a ser o Hospital Militar de Belém e, em 1896, recebeu um doente célebre, o régulo vátua Gungunhana, que adoecera na prisão de Monsanto<sup>7</sup>.

7. Inicialmente, foi hospital geral e só nos anos de 1930 se diferenciou no tratamento das Doenças Infecto-Contagiosas, evitando que os doentes desse foro ficassem na Estrela, isolando-os na Boa-Hora, em Belém.

Decisão plena de sentido face às doenças da época, em que imperava a Tuberculose.

Esta preocupação foi materializada, em 1941, com a transferência dum especialista em Tisiologia, da Estrela para Belém, para chefiar o Serviço.

8. No meio militar português, a Luta contra a Tuberculose foi intensa, desenvolvendo-se assistências próprias, tanto na Armada como no Exército.

A Assistência aos Tuberculosos do Exército (ATE) integrou o Hospital Militar de Belém como o seu Hospital, passando a ser Hospital Militar de Doenças Infecto-Contagiosas

(HMDIC), a partir de 18 de maio de 1950, dispondo de enfermarias e quartos de isolamento, apoios de Análises Clínicas e Radiologia e detinha um Bloco Operatório para as práticas cirúrgicas de pneumotórax terapêutico e outras.

O Director da ATE era, também, o Director do Hospital.

No chão da calçada estava inscrito ATE + HMDIC, tal como se pode ver na figura 2, sendo lamentável que, em obras camarárias recentes, se tenham retirado essas memórias da calçada.



Figura 2 - Inscrição ATE+HMDIC na calçada.

Esta omissão histórica é agravada pelo facto de, anteriormente, ter sido calcetado o ajardinado murado a todo o comprimento da fachada hospitalar, tal como se pode constatar nas figuras 3 e 4.



Figuras 3 e 4 - Fotografias antigas da fachada do Hospital Militar de Belém, em 1929 e 1943.

9. Contudo, no velho Convento, tal como noutras estruturas hospitalares militares, as condições para os doentes não eram as melhores, motivo para se projectarem conceitos ideais para o Serviço de Saúde Militar.

Nesse sentido, a Engenharia Militar desenvolveu o projecto de um verdadeiro “Campus de Saúde Militar do Exército”, que incluiria áreas Assistenciais, de Ensino e Formação e Farmácia<sup>8</sup>.

A antevisão que se ilustra na figura 5, datada de 1942, incluía: Hospital Militar Principal, Serviço de Urgência e Banco, Pavilhões para tuberculosos e doenças infecto-contagiosas, Escola do Serviço de Saúde Militar e Museu, Farmácia Central do Exército, Depósito-Geral de Material Sanitário e Aquartelamentos da 3.<sup>a</sup> Companhia de Saúde que, contudo, como veremos à frente, nunca se chegou a materializar.



Figura 5 - Antevisão para as instalações do Serviço de Saúde Militar.

10. Entretanto, o Hospital, até ao início da guerra de África, nos anos de 1960, foi ganhando relevo na prevenção de Doenças Infecciosas, em especial Tropicais, nos rastreios (incluindo o radiorastreio) e na vacinação das tropas expedicionárias.

Esse considerável aumento de movimento levou à autonomia administrativa do Hospital em 29 de junho de 1962, dia de S. Pedro, em que se passou a comemorar o seu Dia.

11. Nesse mesmo ano, o Dr. António de Oliveira Salazar, assumindo as funções de Ministro da Defesa Nacional, publicou no Diário da República, em 23 de outubro (I série, Número 244, pág. 1377), um Despacho Ministerial<sup>9</sup> (ver figura 5 publicada na I Parte deste Tema, na Revista Militar, n.º 2627 - dezembro de 2020, pág. 1071), que obrigava todos os militares a descontarem para a Assistência aos Tuberculosos das Forças Armadas (ATFA)<sup>10,11</sup>, pertencente aos Serviços Sociais das Forças Armadas (SSFA).

12. Entretanto, o ambicioso projecto de reestruturação da Saúde Militar, acima apresentado, e que não teve seguimento, limitou-se à construção dos:

- Pavilhão da Família Militar no HMP (Estrela), que teve um extraordinário desempenho médico-cirúrgico ao longo de várias décadas, e, agora, entregue à

Santa Casa da Misericórdia, para Cuidados Continuados, sem quaisquer benefícios para os Militares e Deficientes das Forças Armadas, como chegou a ser anunciado;

- Bloco Hospitalar do HMDIC, de 250 camas, inaugurado em 15 de janeiro de 1973, construído com verbas provenientes da ATFA, ou seja, dos descontos obrigatórios dos militares.

- De destacar que, na história da Pneumologia Portuguesa, o Hospital ter sido o local onde foi instalado o primeiro Pletismógrafo para o estudo da função respiratória, em Portugal<sup>12,13</sup>.

13. O HMDIC ficou, assim, com duas áreas complementares, mas diferenciadas, uma de ambulatório, por onde transitava o pessoal do Hospital e os doentes externos, outra, de enfermarias para doentes internados e técnicas Funcionais Respiratórias e de Broncologia, com a tranquilidade necessária, por não sofrerem devassa, preservando-se contaminações entre uns e outros:

a) Área Conventual - onde funcionava a Direcção, os Serviços Administrativos e Logísticos, as Consultas Externas, o Refeitório e Cafetarias, as Casernas do Pessoal Militar, os Vestiários, os Arquivos Clínicos, as Oficinas, a Morgue, etc...

b) Área Hospitalar - vocacionado para doenças infecciosas, com:

- Excelente exposição solar, estando cientificamente demonstrado que o calor é um agente físico bactericida e antiviral;

- Permitir tratamento da Tuberculose Pulmonar por Helioterapia nos 5.º e 6.º pisos;

- Diferentes entradas para os doentes, podendo os mesmos ser separados por patologias;

- De arquitectura cuidada e modelar para a prática das valências médicas com patologias do foro Infeccioso, permitindo a entrada, manufactura e circulação de produtos alimentares, farmacêuticos e outros pelas zonas limpas e extracção pelas zonas sujas, completamente separadas, podendo, assim, certos materiais regressar às Zonas limpas, após a devida esterilização;

- Possibilitar que os profissionais de saúde, fossem médicos, enfermeiros, técnicos ou auxiliares se pudessem deslocar nos circuitos assépticos e/ou infectados (quartos e enfermarias), com total segurança sanitária, usando, nestes últimos, a devida protecção individual, e que as visitas pudessem ser conduzidas para locais apropriados para estarem, de acordo com a situação clínica dos doentes a visitar;

- Separação de doentes e das diversas patologias por pisos diferentes, inclusive acessos por escadas e elevadores distintos, servidos por uma grande cozinha, onde não havia cruzamentos de géneros e resíduos, com um elevador para refeições com destino às zonas limpas, distintas das zonas sujas, a par de modernos sistemas de esterilização de loiças e utensílios afins;
- Existência de uma Estação de Tratamento Biológico das águas residuais, não permitindo infectar/contaminar a rede pública.

14. Nos anos de 1980, com a entrada de médicos militares para o QP do Exército, assistiu-se a uma revitalização dos serviços, prejudicada, no entanto, alguns anos depois, com o fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO) e com a dispensa dos Oficiais Médicos Milicianos, mas colmatada, no entanto, com o concurso de Médicos Civis.

Nos anos de 1990, retomou-se a designação de Hospital Militar de Belém (HMB), por este ter passado a incluir outras valências, tais como Oncologia, Dermatologia, Reabilitação Cardíaca, Centro Militar de Medicina Preventiva e, também, porque com o fim do SMO se verificou uma diminuição das doenças infecciosas, inclusivamente da própria Tuberculose<sup>14</sup>.

Por sua vez, a Direcção empenhou-se na criação das adequadas condições de trabalho para os profissionais de saúde, que se distinguiam pela optimização da respectiva segurança, face aos gérmes infecciosos, bem como pela criação de amplas zonas de pressão negativa<sup>15</sup>, nos Serviços de Pneumologia, Infecciologia e Laboratório de Bacteriologia.

O racional para todo este investimento, com verbas de Projectos de Investigação e Desenvolvimento e recursos obtidos da prática assistencial, era também dirigido, na área militar, ao espectro do Bioterrorismo e/ou Guerra Biológica.

15. Foi, assim, com reconhecimento público, que o Hospital entrou na Nova Era do Século XXI<sup>16,17</sup>, não se entendendo, de forma alguma, os reais motivos do seu encerramento, em 2013, pois, para além da elevada actividade assistencial e preventiva quotidiana, o Hospital era, sempre, incluído nos Planos de Contingência Nacional contra a Gripe, com provas dadas na cooperação militar-civil.

Entretanto, o actual Hospital das Forças Armadas (HFAR), não dispendo de áreas com tão grande especificidade para doenças infecciosas, como o HMB detinha, e sendo fruto de uma arquitectura que não foi desenhada para um grande Hospital, não acautela, na sua organização funcional, o cruzamentos de doentes (ex., Sala de Espera de Radiologia com Bloco Operatório) e tem uma perigosa contiguidade de áreas, quer de doentes ambulatoriais quer de consultas externas, a par de áreas de internamento, razões mais que suficientes para que o Relatório de uma das primeiras Comissões para a Reforma do

Sistema de Saúde Militar, na vigência do XVII Governo Constitucional, em 2005/06, propusesse o ex-Hospital da Força Aérea para doentes agudos e o ex-HMB para Hospital de retaguarda<sup>18</sup>.

16. Igualmente, quando da transferência da ex-ATFA para o HMB, foi instalado e organizado o valioso Arquivo Clínico Militar e Radiológico (figura 6), o qual, com condições modelares de instalação, detinha o repositório de todos os casos de doentes dos três Ramos das Forças Armadas, que sofreram Tuberculose, durante a Guerra de África, e que, lamentavelmente, após a integração no polo hospitalar de Lisboa do HFAR ficou em paradeiro desconhecido...



Figura 6 - Arquivo da ATFA no HMB.

17. Posteriormente, em 2015, por Despacho governamental<sup>19</sup> o HMB foi desafectado do domínio público e autorizada a sua cedência à Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), pelo prazo de 25 anos, mediante a contrapartida da realização de investimentos no valor de cerca de 8,5 milhões de euros, com vista à implementação de uma Residência Sénior e de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

Em 2016, a Associação dos Militares na Reserva e Reforma (ASMIR), lançou uma Acção Popular Jurídica<sup>20</sup>, chamando a atenção para o facto “do Exército Português ter organizado do antecedente a Defesa de Portugal e do Povo Português contra ameaças biológicas assente numa tríade:

1º Elemento: Manter o Laboratório Militar, para produzir medicamentos que a Indústria Farmacêutica tem rejeitado fazer.

2º Elemento: Manter uma Força Operacional para descontaminação de edifícios, áreas urbanas e apoio logístico ao SNS.

3º Elemento: Manter o Hospital Militar de Doenças Infecto-Contagiosas da Ajuda,

também conhecido por Hospital Militar de Belém, inaugurado em 1973 e construído com o dinheiro dos militares, que durante décadas descontaram mensalmente 0,43% do seu vencimento ou pensão.

Sendo, ainda, o Hospital dotado de pressão negativa em ordem a proteger os ativos mais preciosos: o pessoal hospitalar e auxiliar”.

E, culminava, referindo que “o ex-HMB é pertença dos Soldados de Portugal”.

18. Entretanto, a contenda jurídica foi resolvida com a revogação da cedência das instalações do ex-HMB à CVP, por Despacho de 2018<sup>21</sup>, facto amplamente divulgado e comentado na imprensa nacional<sup>22,23</sup>.

19. Em 2020, tudo o que gerações de médicos e engenheiros militares<sup>24</sup> tinham alertado e trabalhado para que o Hospital estivesse à altura do seu desígnio, veio, infelizmente, a verificar-se: a inesperada pandemia, para os mais desatentos, provocada pelo vírus SARS-CoV-2 demonstrou que o HMB, tal como estava, quando foi extinto, em 2013, ou caso tivesse sido reactivado correctamente, em 2020, teria sido um verdadeiro baluarte na luta contra a COVID-19.

Desde logo, o General Ramalho Eanes, fez ouvir a sua voz atenta e experiente, defendendo esta avaliação, e o Prof. Carvalho Rodrigues escreveu em Cidadania<sup>25</sup>: “Hospital de Infecto-Contagiosas acabou; Formação em guerra NBQ nas Forças Armadas acabou!... A este sistema, só lhe falta vender o que resta do país!!...” e sabiamente explicitou: “Têm na linha da frente de combate Militares, GNR, Polícia, Protecção Civil e a População em geral a garantir a desinfeção pública e sobretudo o isolamento, usando força se necessário for, para que nesta luta assimétrica (vírus que mata e não é possível exterminá-lo) sejam, através do isolamento, infectados o menor número possível para que não chegue uma avalanche às portas do último reduto, o hospital.

Não podemos transformar a retaguarda (o Pessoal de Saúde e o hospital) na frente do combate.

Esses devem estar a defender o último reduto, a barbacã dos tempos medievais. Não podem ser quem está na frente da frente.

Nós temos todos que ser os peões de Infantaria para que ao Pessoal dos Hospitais, que na metáfora são os Cavaleiros, possam apenas estar focados na derradeira luta, a luta pela vida no hospital. Eles, o Pessoal de Saúde e o hospital não podem ser a linha da frente da frente. Nós temos que ser a linha da frente da frente”.

20. Numa perspectiva mais pragmática, nós próprios o fizemos, também<sup>26</sup>, descrevendo as potencialidades do Bloco Hospitalar do Hospital Militar de Belém, inaugurado em 1972, para Hospital de Tuberculose e Doenças Infecciosas, com o imprescindível apoio da área conventual, propondo a sua reactivação para fazer face à pandemia COVID-19, que se iniciava em Portugal.

Revisitando uma publicação de 2003<sup>27</sup> quando surgiu, na Ásia, a epidemia de SARS (Severe Acute Respiratory Syndrome), traduzida para Síndrome Respiratória Aguda Grave ou Severa, provocada pelo vírus SARS-CoV-1, teve-se a oportunidade de comparar as capacidades na área da Saúde Militar, de então, com as de 2020<sup>28,29</sup>.

Para além dos aspectos clínicos, laboratoriais e radiográficos, sobressaía a preocupação com a informação pública e a contagiosidade aos profissionais de saúde, só possível de evitar com uma boa organização.

Assim, o facto de o Hospital Militar de Belém dispor, em 2003, de áreas de pressão negativa, quer em quartos, como em sala de cuidados diferenciados/intensivos, em elevado número, bem como dum modelar Laboratório de Microbiologia e Imunologia, também em pressão negativa, capacidades inexistentes em 2020, demonstra bem o crasso erro que se cometeu com o seu encerramento.

21. Em 2020, a intenção veiculada pela Direcção-Geral de Recursos e apresentada ao então MDN, que a aceitou, não passou de um designado Centro de Apoio Militar COVID-19, destinado a “apoiar o tratamento de situações clínicas de gravidade ligeira ou assintomática e pessoas de fragilidade socioeconómica”.

Mesmo com a rede de oxigénio hospitalar, ainda instalada, muito se hesitou na colocação de um depósito concentrador no exterior<sup>30,31</sup>.

Caso não tivesse sido implementado, numa doença que se verificou provocar elevadas hipoxemias<sup>32</sup> (redução do nível de oxigénio no sangue), no pico de 2021, teria havido muito maiores dificuldades clínicas<sup>33</sup>. A jornalista Valentina Marcelino sintetizou: “Criado para só receber doentes assintomáticos ou com sintomas ligeiros, no pico da pandemia o Centro de Apoio Militar acolheu idosos com comorbilidades que acabaram por morrer. As obras custaram 3,2 Milhões de Euros e estão sob suspeita”, concluindo: “FOI GASTAR MUITO PARA POUCO!”

22. Desde 2013 que o desafio antigo, e ainda actual, persiste: o QUE FAZER COM a NOTÁVEL INFRAESTRUTURA do ex-HMB?

a) Nesse sentido, foi apresentada, em tempo oportuno, uma proposta dirigida em carta ao Primeiro-Ministro António Costa<sup>34</sup>, em 25 de abril de 2020, assinada por uma centena de individualidades civis e militares, entre as quais se destacava o

General Ramalho Eanes, com vista à recuperação das capacidades do antigo hospital.



Figura 7 - Bloco Hospitalar do HMB.

b) Apesar de amplamente difundida e comentada na Imprensa<sup>35,36,37,38,39,40</sup>, de forma deselegante, o Primeiro-Ministro nunca respondeu a essa missiva, pelo que, no ano seguinte, novamente subscrita por vários elementos da sociedade civil e militar foi publicada, no Observador<sup>41,42,43</sup>, uma carta aberta dirigida à população portuguesa, alertando para a situação denunciada.

c) Seguiu-se uma série de factos aos quais a imprensa não ficou alheia e que se elencam nas referências seguintes, cujos títulos falam por si próprios:

- MARCELINO, Valentina. (2020) - Obras HMB custaram mais do triplo. Defesa não comenta. Diário de Notícias de 12 de agosto.

<https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/obras-no-hospital-militar-custara-m-mais-do-triplo-do-que-deviam-defesa-nao-comenta-12514747.html>, acesso a 20/10/2025;

- RIBEIRO, Nuno. (2020) - Obras no Hospital Militar de Belém terão passado dos três milhões de euros. Público de 20 de agosto.

<https://www.publico.pt/2020/08/20/politica/noticia/obras-hospital-militar-bele-m-derraparam-tres-milhoes-euros-1928605>, acesso a 20/10/2025;

- LUSA. (2020) - MDN aguarda auditoria a obras no Hospital de Belém e admite consequências. Público de 7 de outubro.

<https://www.publico.pt/2020/10/07/politica/noticia/ministro-defesa-aguarda-a-auditoria-obras-hospital-belem-admite-consequencias-1934299>, acesso a 20/10/2025;

- MARCELINO, Valentina. (2020) - Derrapagem nas obras do Hospital Militar É dinheiro que não se perde. Diário de Notícias de 8 de outubro.

<https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/derrapagem-nas-obras-do-hospital-militar-e-dinheiro-que-nao-se-perde-12887910.html>, acesso a 20/10/2025;

- MARTINS, Cristina. (2021) - Médicos alemães que chegaram esta quarta-feira a Portugal vão para Hospital da Luz. Expresso de 3 de fevereiro.

<https://expresso.pt/sociedade/coronavirus/2021-02-03-Medicos-alemaes-que-chegaram-esta-quarta-feira-a-Portugal-va-para-o-Hospital-da-Luz>, acesso a 20/10/2025;

- MONTEIRO, J. Formeiro. (2021) - A ajuda internacional no combate à covid-19. Diário de Notícias de 9 de fevereiro.

<https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/a-ajuda-internacional-no-combate-a-covid-19-13329043.html>, acesso a 20/10/2025;

- MARCELINO, Valentina. (2020) - Desvio de 2,4 Milhões. O que é uma derrapagem, pergunta MDN. Diário de Notícias de 23 de fevereiro.

<https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/desvio-de-24-milhoes-o-que-e-uma-derrapagem-pergunta-ministro-da-defesa-13383666.html>, acesso a 20/10/2025;

- MARCELINO, Valentina. (2021) - Ex-hospital militar de Belém. Tribunal de Contas afinal não recebeu a auditoria. Diário de Notícias de 28 de fevereiro.

<https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/ex-hospital-militar-de-belem-tribunal-de-contas-afinal-nao-recebeu-a-auditoria-13402749.html>, acesso a 20/10/2025;

- MARCELINO, Valentina. (2021) - Hospital de Belém. Memorando interno revela início da derrapagem. Diário de Notícias de 5 de março.

<https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/hospital-de-belem-memorando-interno-revela-inicio-da-derrapagem-13420352.html>, acesso a 20/10/2025;

- BERNARDES, Norberto, ASMIR, Direcção. (2021) - Esperamos por si, Senhor Primeiro-Ministro. Revista da ASMIR, n.º 167:9-11, março;

- GASPAR, Ana. (2021) Médicos alemães trataram 16 doentes graves com covid-19. Jornal de Notícias de 19 de março.

<https://www.jn.pt/nacional/artigo/medicos-alemaes-trataram-16-doentes-graves-com-covid-19/13479487>, acesso a 20/10/2025;

- RIBEIRO, Nuno. (2021) - PSD e Governo divergem sobre HMB. Público de 30 de março;

- BORGES, Liliana. (2021) - Derrapagem sem aval do Governo. Público de 8 de abril;

- RATO, Moreira. (2021) - Obras suspeitas HMB. Sol de 10 de julho.

<https://sol.sapo.pt/2021/07/11/obras-em-antigo-hospital-militar-sob-suspeita/>, acesso a 20/10/2025;

- BUGALHO, Sebastião. (2021) - Era uma saga portuguesa, com certeza. Diário de Notícias de 11 de julho.

<https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/era-uma-saga-portuguesa-com-certeza-13926356.html>, acesso a 20/10/2025;

- BUGALHO, Sebastião. (2021) - Confidencial, ilegal e imoral. Diário de Notícias de 18 de julho.

<https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/confidencial-ilegal-e-imoral-13949131.html>, acesso a 20/10/2025.

d) Mais tarde, em 9 de agosto de 2021, os Secretários de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, Seguro Sanches, e do Tesouro, Miguel Cruz, reverteram o edifício do ex-HMB para a esfera militar<sup>44,45,46,47,48</sup>, estando, actualmente, sob o controlo do EMGFA (figura 8).

## FINANÇAS E DEFESA NACIONAL

Gabinetes dos Secretários de Estado do Tesouro e Adjunto e da Defesa Nacional

Despacho n.º 8057/2021

*Sumário:* Reafetação a uso militar do PM 7/Lisboa — Hospital Militar de Belém.

A Lei das Infraestruturas Militares, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro, estabelece a programação do investimento com vista à conservação, manutenção, segurança, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças e estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos nas medidas e projetos nela previstos.

Para o efeito, a mesma Lei das Infraestruturas Militares determina no n.º 2 do seu artigo 1.º que os imóveis a rentabilizar no seu âmbito constam de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

Nestes termos, por via do Despacho n.º 8114/2019, de 13 de setembro, foi publicada a lista de imóveis disponíveis para rentabilização no âmbito da Lei das Infraestruturas Militares, a qual inclui o imóvel designado por PM 7/Lisboa — Hospital Militar de Belém.

A situação de emergência de saúde pública internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 30 de janeiro de 2020, e a classificação do vírus SARS-CoV-2 como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, determinou que, no âmbito do apoio da Defesa Nacional ao combate à pandemia, fosse considerado essencial operacionalizar uma capacidade especialmente vocacionada ao apoio do dispositivo nacional de combate à pandemia COVID-19, pelo que foram realizadas obras no PM7/Lisboa, com vista a garantir um apoio de retaguarda no combate à pandemia COVID-19.

A experiência deste último ano e meio revelou a importância de manter aquele imóvel no domínio militar.

Assim, a alteração de objetivos estratégicos para o imóvel designado por PM 7/Lisboa — Hospital Militar de Belém impõe a sua manutenção no domínio militar, pelo que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º da Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro, determina-se o seguinte:

1 — O PM 7/Lisboa — Hospital Militar de Belém deixa de estar disponível para rentabilização no âmbito da Lei das Infraestruturas Militares, sendo retirado da lista anexa ao Despacho n.º 8114/2019, de 13 de setembro.

2 — O presente despacho entra em vigor de imediato.

9 de agosto de 2021. — O Secretário de Estado do Tesouro, *Miguel Jorge de Campos Cruz*. — 8 de agosto de 2021. — O Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, *Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches*.

314485914

Figura 8 – Despacho de reafetação do edifício do HMB para o domínio militar.

e) Actualmente, tornava-se, então, necessário preservar o Hospital de Infeciologia, única unidade de saúde construída de raiz para esse efeito, e que se constitui como um ex-libris da Engenharia Militar e da Medicina Castrense;

f) Igualmente, conveniente, seria indispensável visitar o que se passa na esfera assistencial médica e de enfermagem do HFAR e na esfera da acção social no IASFA:

- No primeiro caso, com a falta de uma estrutura de cuidados continuados, prevista no respectivo Programa Funcional, mas nunca implementada, provoca constrangimentos com dificuldades acrescidas para os próprios doentes bem como para os seus familiares;

- No segundo caso, a Lista de Espera, de cerca de quatro anos, que actualmente se verifica para idosos com necessidade de apoios, quer na área social, quer no âmbito dos cuidados de enfermagem permanentes;

g) Em Suma:

A História mostra-nos a íntima ligação do ex-HMB, às Forças Armadas e aos

Militares:

- Por um lado, à área hospitalar militar do Exército, e agora concentrada no HFAR-Polo de Lisboa;
- Por outro, à ex-ATFA, que custeou a sua edificação, quando integrada nos SSFA, agora Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA).

Num dos seus últimos artigos sobre este tema, Valentina Marcelino<sup>49</sup> ouviu várias sensibilidades, que, pela sua relevância, importa destacar:

a) O porta-voz do então Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), Almirante Silva Ribeiro, refere que “também serão analisadas possibilidades de colaboração com o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e com outras entidades externas às Forças Armadas, tendo em vista a instalação de uma Unidade de Cuidados Continuados”;

b) O então Bastonário da Ordem dos Médicos, Dr. Miguel Guimarães, vê, aqui, “a oportunidade de criar um centro de excelência de biossegurança, com uma vertente de investigação das novas ameaças globais à saúde pública, como foi o caso da covid-19”;

O mesmo entende que “tendo em conta o que a pandemia veio realçar da necessidade de nos prepararmos para estes desafios globais, este é o momento oportuno para ter uma unidade de referência, em rede com outros países, com a Defesa e a Saúde a trabalhar juntos - que como se está a ver no processo de vacinação funciona”;

c) Na mesma linha, está o pneumologista Filipe Froes que faz um apelo aos decisores: “Portugal está necessitado de uma estrutura que é fundamental para acompanhar e responder aos fenómenos epidemiológicos que já estão a acontecer. O HMB foi uma unidade especializada em doenças infetocontagiosas e ainda tem os equipamentos e as condições estruturais que, sendo reativados, servem esse objetivo. Seria absurdo desperdiçar estes recursos que estão disponíveis”.

O mesmo sublinha que “a pandemia veio alertar para certas necessidades na saúde pública no campo das doenças epidemiológicas” que já estão, há vários anos, “a ser acompanhadas pelo Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC)”, cujo objetivo é “reforçar a capacidade de defesa da Europa contra as doenças infecciosas”.

Questionava, ainda: “Temos de estar preparados e ter uma estrutura nacional de vigilância e resposta, em parceria com o Serviço Nacional de Saúde e universidades. No ECDC vão ter gabinetes de vigilância a funcionar 24/7. Seria ridículo não aproveitarmos o balanço e as condições que já tem o HMB. Não é uma questão de estarmos a prevenir algo que pode vir aí. Estas doenças já chegaram. A Espanha já tem em Madrid um Centro de Biossegurança. Se a questão for

financiamento, porque não usar os fundos do Plano de Recuperação e Resiliência?";

d) De acordo com estas opiniões, considerámos que: "Deve ser criada no ex-HMB uma estrutura Nacional de Biossegurança com militares e civis, com laboratório de análises biológicas, ao mais alto nível, monitorização do que se passa no mundo, formação para a luta contra agentes biológicos, químicos e nucleares, aproveitando para internamentos as condições já existentes em quartos e enfermarias, com rampa de gases medicinais, cuidados diferenciados e intensivos, com aproveitamento das zonas de pressão negativa.

Nesse sentido, o ex-HMB deve constituir-se como um polo de investigação e de ciência médica com ligações aos PALOPs", e em parceria com a Universidade e com a Ordem dos Médicos e outras entidades";

e) O excelente trabalho jornalístico termina com as opiniões dos Generais Luís Pinto Ramalho e Formeiro Monteiro:

O ex-Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) recorda a mais-valia que teve e pode ter o HMB, que ainda estava operativo quando comandava o Exército e estava sob o seu controlo. "Aquele hospital foi construído de raiz, preparado para doentes com doenças infetocontagiosas, estão construídas duas vias, uma para contaminados outra para não contaminados, há quartos de pressão negativa (estacam o ar e evitam o contágio). Será uma lacuna grave se não aproveitarmos tudo isto e criar ali uma unidade especializada para responder a estas situações".

O Tenente-general Formeiro Monteiro vem reforçar esta estes factos: "até 2013 o HMB foi um hospital para infetocontagiosos, arquitetonicamente construído nessa perspetiva, com várias capacidades diferenciadas. Tendo ainda essas condições, uma vez ativadas de novo, pode responder às ameaças com que o mundo se defronta. Juntando a isto a criação de um centro de biossegurança, a funcionar como um observatório de monitorização destes fenómenos para, em conjunto com o SNS e a Ordem dos Médicos, responder a estas situações, colocaria Portugal ao mais alto nível no combate à guerra NRBQ (Nuclear, Radiológica, Biológica e Química) cada vez mais premente. Será um desastre se não for aproveitado".

Em conclusão, da análise e da avaliação de tudo o que foi referido ao longo deste texto, seria avisado propor ao poder político que fosse atribuído um uso dual ao ex-HMB, no mais curto espaço de tempo, de modo a poder-se recuperar a respectiva infraestrutura funcional, como Hospital de Infeciologia, quando necessário:

a) Em tempo de guerra:

- Motivada por futura Pandemia, biológica, por surgimento de novos agentes agressores:

neste caso, com o Hospital de Infecto, com reactivação plena, inclusive das áreas de pressão negativa, a ser empregue como reserva estratégica, com

utilidade militar e civil, permitindo o internamento de mais de uma centena de doentes, em vários estádios de gravidade, evitando, deste modo, que os Hospitais Cívicos e Militares pudessem degenerar em locais infectados;

- Numa situação de Bioterrorismo, em termos de conflito, envolvendo a NATO;

- No caso de guerra convencional, como ponto de interface com os Estados Unidos, decorrente da posição geoestratégica de Portugal, como previsível área de retaguarda<sup>50</sup>, face a um cenário de conflito, servindo como ponte de transferência de doentes da Europa para a América do Norte.

b) Em tempo de paz:

Com o aproveitamento espacial da infra-estrutura:

- Com dois pisos sob a responsabilidade do HFAR, para servir de retaguarda, no âmbito de Cuidados Continuados e Diferenciados de Enfermagem para os Militares e respectivas famílias;

- Com outros dois pisos, disponibilizados ao IASFA, para utilizar como estrutura de acompanhamento e de tratamento de idosos militares e seus familiares.

**Continua...**

## **Nota biográfica do autor**

- Ingressou no QP do Exército em 1980, por concurso, progredindo até à patente de major-general (2009), manteve-se na efectividade de serviço na situação de Reserva até à Reforma em 2020.

- Especializado em Pneumologia (1982-87) no Serviço de Pneumologia do Hospital de Santa Maria, obteve o título de Especialista de Pneumologia pela Ordem dos Médicos (1988) e o grau de Consultor de Pneumologia da Carreira Médica Hospitalar (1994).

- Após ser colocado no HMDIC, em 1980, desempenhou funções de Médico Assistente nas enfermarias, Chefe dos Serviços de Pneumologia, de Fisiopatologia Respiratória e da Consulta Externa, Subdirector (1993-99) e Director (1999-2002).

- Foi Vogal do Exército no Conselho Técnico da ATFA (1988-94) e representante do Serviço de Saúde do Exército na Comissão para a Transformação da ATFA (1988-94), sendo criado o Centro Militar de Medicina Preventiva (CMMP), cuja instalação no HMB apoiou, em especial o Arquivo da ATFA com todo o historial dos Auxiliados por Tuberculose dos três Ramos das Forças Armadas.

- Cumulativamente, foi Director Técnico de vários Projectos:

- Investigação e Desenvolvimento, destacando-se nesta temática: “Tuberculose - Optimização do Diagnóstico microbiológico, do Isolamento e da Informatização de Casos Clínicos” (1999-2002);

- Cooperação Técnico-Militar (CTM) com as Forças Armadas de Angola (implementação de um plano de Luta Antituberculosa - 1996-99) e de Moçambique (Organização do Serviço de Saúde Militar - 1996-2002), o qual culminou com a renovação e montagem de um modelar Laboratório de Análises Clínicas no Hospital Militar de Maputo.

- Posteriormente, exerceu funções no IASFA (2002-05) como Assessor da Direcção e Direcção Clínica do SAMED de Oeiras e na ESSM (2005-07) como Sub-Director.

- Após o CPOG 07/08 foi sucessivamente Sub-Director da Direcção de Saúde (2008-09), Director do HMP (2009-10) e Director de Saúde do Exército (2010-2016).

- Para além da especialidade de Pneumologia tem na Ordem dos Médicos as competências em Gestão dos Serviços de Saúde (2002) e Medicina Militar (2022).

---

1 A Luta Antituberculosa no Mundo e nas Forças Armadas Portuguesas (Parte I). Disponível em [https://www.revistamilitar.pt/recursos/files/2020/Revista\\_Militar\\_Dez\\_2020.pdf](https://www.revistamilitar.pt/recursos/files/2020/Revista_Militar_Dez_2020.pdf)

2 MONTEIRO, Gilberto. (1946) - Esboço histórico do Hospital Militar de Belém, ed. Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Lisboa.

3 MONTEIRO Gilberto. (1990) - “Esboço histórico do Hospital Militar de Belém”, in HMB-HMDIC, Passado, Presente e Futuro, DIRECÇÃO DO HOSPITAL MILITAR DE BELÉM (HMDIC), ed. Soc. Com. Papelarias Rabelo da Beira Douro, Lda, Lisboa.

4 ALFARROBA, Esmeraldo. (1994) - “Apontamentos sobre o Hospital Militar de Belém e a Pneumologia”, in História da Pneumologia Portuguesa, TELES DE ARAÚJO Artur, PINA Jaime e GRAÇA FREITAS Maria da, ed. Sociedade Portuguesa de Pneumologia, Lisboa.

5 GOMES, Abílio e ALFARROBA, Esmeraldo. (1995) - Resenha histórica do Hospital Militar de Belém, ed. Hospital Militar de Belém, Lisboa.

[6](#) ALFARROBA, Esmeraldo e SILVEIRA MACHADO, Virgílio. (2001) - Arquivos Médico-Científicos, ed. Hospital Militar de Belém, Lisboa.

[7](#) SILVEIRA MACHADO. (2000) - À procura do futuro. Jornal do Exército, Ano XLI - N.º 491:10-20, dezembro. <https://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=340950&img=15318>, acesso a 20/10/2025.

[8](#) PIRES DE CARVALHO, Rui. (2019) - O Projecto do Novo Hospital Militar Principal, Revista Militar, II Século, 71.º Volume, n.º 10, n.º 2613: 993-1002, outubro (Ver figura 1 da pág. 994). <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1463>, acesso a 20/10/2025.

[9](#) DESPACHO MINISTERIAL de 23 de outubro (1962) - Determina que seja efectuado um desconto, de 0,43%, para a Assistência aos Tuberculosos das Forças Armadas nos vencimentos e pensões de reserva ou de reforma dos militares do quadro permanente que não sejam beneficiários dos Serviços Sociais das Forças Armadas, deixando de ser efectuados os descontos para as extintas Assistências aos Tuberculosos do Exército e da Armada. Diário do Governo n.º 244/1962, Série I de 1962-10-23, págs. 1377. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/diario-republica/244-1962-63250>, acesso a 20/10/2025.

[10](#) JUNIOR, M. L. Fraga. (1967) - Subsídios para a História da Assistência aos Tuberculosos das Forças Armadas. Anais do Clube Militar Naval, Lisboa.

[11](#) MAÇANITA, J. C. (1989) - Tuberculose. A Assistência aos Tuberculosos das Forças Armadas. Revista Portuguesa de Medicina Militar, 37 (3-4): 65-70.

[12](#) ALFARROBA, Esmeraldo. (2019) - No dealbar da Pletismografia em Portugal, Revista Militar, II século, 71.º Volume, n.º 10, n.º 2613: 983-991, outubro. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1462>, acesso a 20/10/2025.

[13](#) FREITAS E COSTA, Manuel. (2010) - "Alguns aspectos da História da Pneumologia", in Atlas de Pneumologia, SEGORBE LUÍS António e SOTTO-MAYOR Renato, ed. Permanyer Portugal e GlaxoSmithKline, Vol. 3:1851-3, Lisboa.

[14](#) ALFARROBA, Esmeraldo. (1998) - Luta Antituberculose nas Forças Armadas. Jornal do Exército, Ano XXXIX, N.º 462-463: 39-42, junho-julho. <https://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=340986&img=15384>, acesso a 20/10/2025.

[15](#) Em Março de 2020, estas áreas eram possíveis de recuperar, em 15 dias, com uma verba de 35.000 €.

[16](#) DIRECÇÃO DO HMB, (2002) - O Hospital Militar de Belém no Alvorecer do Novo Milénio, Jornal do Exército. ISSN 0871/8598, Ano XLIII - N.º. 503: 24-28, janeiro, Lisboa.

[17](#) CASANOVAS, José. (2001) - Cooperação Técnico-Militar - Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Militar de Maputo. Jornal do Exército, Ano XLII - N.º 502: 20-23, dezembro.  
<https://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=340950&img=15320>, acesso a 20/10/2025.

[18](#) MONTEIRO, J.F. (2014) - Hospital das Forças Armadas (uma capacidade ameaçada), Revista Militar, II século, 66.º Volume, n.º 4, n.º 2547: 243-248, abril.  
<https://www.revistamilitar.pt/artigo/912>, acesso a 20/10/2025.

[19](#) Despacho n.º 10721/2015, de 28 de setembro (2015) - PM/7 Lisboa - Hospital Militar de Belém. Diário da República n.º 189/2015, Série II de 2015-09-28, pág. 27770.  
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/10721-2015-70386169>, acesso a 20/10/2025.

[20](#) ASMIR. (2020) - Edifícios do ex-Hospital Militar de Belém. Importa saber, Cultura...  
<https://www.asmir.pt/passeios/>, acesso a 20/10/2025.

[21](#) Despacho n.º 4532/2018, de 9 de Março (2018) - Revogação do Despacho n.º 10721/2015 - Hospital Militar de Belém. Diário da República n.º 89/2018, Série II de 2018-05-09, pág. 12865.  
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/4532-2018-115242062>, acesso a 20/10/2025.

[22](#) LUSA. (2018) - Governo decide revogar cedência do Hospital Militar de Belém à Cruz Vermelha. Público de 30 de abril.  
<https://www.publico.pt/2018/04/30/local/noticia/governo-decide-revogar-cedencia-do-hospital-militar-de-belem-a-cruz-vermelha-1815831>

[23](#) CORREIO DA MANHÃ. (2018) - Governo decide revogar cedência do hospital militar de Belém à Cruz Vermelha. Sábado de 30 de abril.  
<https://www.sabado.pt/ultima-hora/detalhe/governo-decide-revogar-cedencia-do-hospital-militar-de-belem-a-cruz-vermelha>

[24](#) Na área da Engenharia Militar, destaco o Brigadeiro (Major-general) Almeida Fernandes que fez visitas a Hospitais de Infecçologia no estrangeiro, nas quais se basearam para conceber e construir o novo Bloco Hospitalar do HMB.

[25](#) CARVALHO RODRIGUES, F. (2020) - Hospital de Infecto-Contagiosas acabou; Formação em guerra NBQ nas forças armadas acabou!... A este sistema só lhe falta vender o que resta do país!!... Carta dirigida à AFAP, datada de 18 de março de 2020. <http://armacaodepera.blogspot.com/2020/03/hospital-de-infeto-contagiosos-acabou.html>, acesso a 20/10/2025.

[26](#) ALFARROBA, Esmeraldo. (2020) - Porquê? Reactivação do Hospital Militar de Belém, O Sargento (Jan, Fev e Mar), n.º 107: 12-13. <https://ans.pt/files/2020/04/Jornal-O-Sargento-107.pdf>, acesso a 20/10/2025. [https://www.facebook.com/permalink.php?id=597533060285025&story\\_fbid=2902642123107429&locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/permalink.php?id=597533060285025&story_fbid=2902642123107429&locale=pt_BR), acesso a 20/10/2025.

[27](#) ALFARROBA, Esmeraldo. (2003) - Reflexos da Pneumonia Atípica, Revista Portuguesa de Saúde Militar, Ano IV, n.º 1: 37-39.

[28](#) ALFARROBA, Esmeraldo. (2020) - Reflexos da SARS de 2003 vs COVID-19, Revista Militar, II século, 72.º Volume, n.º 5, n.º 2620: 479-498, maio.

[29](#) ALFARROBA, Esmeraldo. (2020) - Reflexos da SARS de 2003 vs COVID-19, Revista Gestão Hospitalar da APAH, n.º 20: 24-30, 1.º trimestre. <https://www.yumpu.com/pt/document/read/63590022/gestao-hospitalar-n-20-2020-suplemento-comercial>, acesso a 20/10/2025.

[30](#) MARCELINO, Valentina. (2020) - Covid-19. O que vai acontecer no “ressuscitado” Hospital Militar de Belém? Diário de Notícias de 29 de março. <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/covid-19-o-que-vai-acontecer-no-ressuscitado-hospital-militar-de-belem-11997344.html>, acesso a 20/10/2025.

[31](#) BRANCO, Carlos. (2020) - Eles não aprendem. Jornal Económico de 17 de abril. <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/eles-nao-aprendem-577412/>, acesso a 20/10/2025.

[32](#) Saturação arterial da oxi-hemoglobina (SaO<sub>2</sub>) inferior a 90%.

[33](#) MARCELINO, Valentina. (2021) - Exército confirma morte de 12 doentes por covid-19

em hospital para assintomáticos e doentes ligeiros, Diário de Notícias de 25 de julho. <https://www.dn.pt/sociedade/ex-hospital-militar-de-belem-exercito-confirma-morte-de-12-doentes-por-covid-19-13971097.html>, acesso a 20/10/2025.

[34](#) RAMALHO EANES, A. et al (2000) - O Hospital Militar de Belém - A indispensável reactivação. Carta ao Primeiro-Ministro António Costa. [https://www.aofa.pt/rimp/Carta\\_HMB\\_Final.pdf](https://www.aofa.pt/rimp/Carta_HMB_Final.pdf), acesso a 20/10/2025.

[35](#) RIBEIRO, Nuno. (2020) - Eanes e ex-chefes querem Hospital de Belém na esfera militar. Público de 13 de maio. <https://www.publico.pt/2020/05/13/politica/noticia/eanes-exchefes-querem-hospital-belem-esfera-militar-1916015>, acesso a 20/10/2025.

[36](#) RIBEIRO, Nuno. (2020) - Dez doentes covid internados no Hospital Militar de Belém. Público de 24 de junho. <https://www.publico.pt/2020/06/24/politica/noticia/dez-doentes-covid-internados-hospital-militar-belem-1921704>, acesso a 20/10/2025. “O Hospital Militar de Belém era uma estrutura devoluta desde 2012 e, em março, foi decidido que recebesse doentes covid-19 que não necessitassem de cuidados intensivos”, disse o governante que falava em audição regimental na comissão parlamentar de Defesa Nacional. Nalgumas versões, terá havido uma derrapagem orçamental, até dois milhões de euros de investimento. Neste ponto, Gomes Cravinho assegurou aos membros da comissão parlamentar de Defesa Nacional que a verba a ser apurada vai entrar nas negociações do Ministério da Defesa com a Câmara Municipal de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que, no futuro pós pandemia, irão gerir o Hospital Militar de Belém. Recorda-se que esta solução foi contestada, como o PÚBLICO então noticiou, numa carta aberta enviada ao primeiro-ministro António Costa por 86 personalidades. Entre os signatários, consta o antigo Presidente da República, general Ramalho Eanes, que juntou a sua assinatura a vários oficiais generais, entre os quais diversos ex-chefes dos ramos que reclamam a manutenção na esfera militar do Hospital de Belém”.

[37](#) MONTEIRO, J.F. (2020) - O ex-Hospital Militar de Belém (HMB), a Defesa Biológica e o combate às Pandemias, Diário de Notícias de 8 de junho. <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/o-ex-hospital-militar-de-belem-hmb-a-defesa-biologica-e-o-combate-as-pandemias-12289000.html>, acesso a 20/10/2025. “É do conhecimento público que o primeiro-ministro, Dr. António Costa, tenha recebido, recentemente, uma carta subscrita por cerca de uma centena de personalidades civis e militares, onde se apelava para que se pudesse diligenciar no sentido da reactivação do ex-HMB, e da plena recuperação das suas capacidades e competências clínicas, no sentido do reforço da saúde pública nacional e do bem-estar dos Portugueses. O documento terá recolhido o apoio de militares dos três Ramos das Forças Armadas (FA), com destaque para o ex-PR, General Ramalho Eanes e para vários ex-Chefes Militares, bem como para relevantes figuras eclesiásticas, casos do Bispo do Porto e do ex-Bispo

das FA, D. Januário Torgal Ferreira, a par de outras personalidades de reconhecido mérito, oriundas de diversas áreas da vida nacional. Na carta sublinhava-se a singularidade daquela estrutura hospitalar, que tinha uma capacidade de internamento da ordem das 200 camas, ... área onde foi pioneiro, ...e destacando-se, ainda, os espaços de pressão negativa e uma Unidade de Cuidados Intensivos, com a adequada capacidade de ventiloterapia”.

[38](#) RAINHO, Pedro. (2020) - Generais ameaçam Governo com Tribunal, Revista Visão de 11 a 17 de junho, n.º 1423: 74-77. “A carta chegou a São Bento nos últimos dias de abril, assinada por quase todos os ex-chefes e muitos ex-vice-chefes do Estado-Maior do Exército, e ainda médicos, engenheiros, professores universitários e advogados. Entre os quase 90 subscritores, também o antigo Presidente da República António Ramalho Eanes. Pediam a António Costa a “total reabilitação” do Hospital Militar de Belém (HMB), encerrado em 2013 e reaberto em plena pandemia do novo coronavírus, em abril, depois de uma intervenção que custou ao Ministério da Defesa Nacional, pelo menos, meio milhão de euros e que o habilitou a receber doentes de Covid-19 com sintomas ligeiros ou assintomáticos”.

[39](#) REIS, Marta. (2020) - Entrevista Bastonário da Ordem dos Médicos - Dr. Miguel Guimarães Jornal O SOL de 13 de julho: 28-31. Citando Miguel Guimarães: “ORDEM QUER HOSPITAIS MILITARES DE PREVENÇÃO PARA SEGUNDA VAGA”. “Os militares estiveram disponíveis desde a primeira hora e tinham uma capacidade enorme que podia ter sido mais utilizada”. “...hospitais de retaguarda, sobretudo nas grandes cidades, em Lisboa e no Porto. Os militares têm infraestruturas para isso. ..., com quartos de pressão negativa por exemplo...Em Lisboa há o Hospital de Belém, que chegou a ser ativado, mas poderia ter recebido mais doentes. Os doentes que estão em Santa Maria, por exemplo, poderiam estar em Belém e só iriam para os hospitais centrais os doentes que precisassem de cuidados intensivos. Mesmo a longo prazo e ultrapassada esta pandemia, sabemos que os grandes desafios na Saúde vão ser... as doenças infecciosas. Temos de nos preparar, investir em investigação, investir em instituições para acompanhar os doentes com... doenças infecciosas penso que é fundamental termos hospitais de retaguarda. Permitiriam reforçar a resposta para a covid-19, para a gripe sazonal e para outras doenças infecciosas como a tuberculose. A questão essencial é existir vontade e disponibilidade para investir. Não seria um investimento por aí além, mas teria de haver investimento e penso que seria importante para o futuro”.

[40](#) BRANCO, Carlos. (2020) - A Misericórdia e o Hospital Militar de Belém. Jornal Económico de 4 de agosto. <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/a-misericordia-e-o-hospital-militar-de-belem-621445/>, acesso a 20/10/2025. “A decisão do país de não dispor de um hospital público especializado em doenças infectocontagiosas é de uma insensatez que roça a insanidade. Não foi sem razão que o omnipresente e prolixo bastonário da Ordem dos médicos percebeu e alertou para o problema. A transparência é outro aspeto a merecer

consideração. O MDN prepara-se para ceder o HMB à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), sem explicar o modelo de negócio adotado, depois de ter gastado na sua reabilitação um valor que se tem recusado a divulgar. Podemos assistir novamente à venda ou cedência de património público ao “preço da chuva”, leia-se do HMB à SCML, como ocorreu com o Hospital Militar Principal, bem abaixo do valor de mercado, agora semanticamente suavizada na forma de uma parceria que inclui também a Câmara Municipal de Lisboa”.

[41](#) RAMALHO EANES, António et al. (2021) - O Hospital Militar de Belém e a COVID-19. Observador de 16 de julho. <https://observador.pt/opiniao/o-hospital-militar-de-belem-e-a-covid-19/>, acesso a 20/10/2025.

[42](#) ZAP. (2021) - Ramalho Eanes acusa o Governo de subaproveitar o Hospital Militar de Belém. ZAP de 17 de julho. <https://zap.uei.pt/ramalho-eanes-hospital-militar-418162>, acesso a 20/10/2025.

[43](#) AGÊNCIA LUSA. (2021) - PS trava audições sobre requalificação do antigo Hospital Militar de belém. Observador de 2 de março. <https://observador.pt/2023/03/02/ps-trava-audicoes-sobre-requalificacao-do-antigo-hospital-militar-de-belem/>, acesso a 20/10/2025.

[44](#) Despacho n.º 8057/2021, de 16 de agosto (2021) - Reafecção a uso militar do PM 7/Lisboa - Hospital Militar de Belém. Diário da República n.º 158/2021, Série II de 2021-08-16, pág. 35. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/8057-2021-169622770>, acesso a 20/10/2025.

[45](#) MARCELINO, Valentina. (2021) - Governo recua. Hospital Militar de Belém fica nas Forças Armadas. Diário de Notícias de 16 de agosto. <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/-governo-recua-hospital-militar-de-belem-fica-nas-forcas-armadas-14038170.html>, acesso a 20/10/2025.

[46](#) LUSA. (2021) - Governo recua e mantém Hospital Militar de Belém nas Forças Armadas. Rádio Renascença de 17 de agosto. <https://rr.pt/noticia/pais/2021/08/17/governo-recua-e-mantem-hospital-militar-de-belem-nas-forcas-armadas/249920/>, acesso a 20/10/2025.

[47](#) FIGUEIREDO, Inês André. (2021) - Hospital Militar de Belém vai continuar a pertencer às Forças Armadas. Ministro da Defesa garante que não há recuo absolutamente nenhum. Observador de 17 de agosto.

<https://observador.pt/2021/08/17/hospital-militar-de-belem-vai-continuar-a-pertencer-as-forcas-armadas/>, acesso a 20/10/2025.

[48](#) RIBEIRO, Nuno. (2021) - Hospital Militar de Belém volta à esfera militar e não é cedido à Câmara de Lisboa. Público de 17 de agosto. <https://www.publico.pt/2021/08/17/politica/noticia/hospital-militar-belem-volta-esfera-militar-nao-cedido-camara-lisboa-1974335>, acesso a 20/10/2025. "Hospital Militar de Belém volta à esfera militar e não é cedido à Câmara de Lisboa". O grupo de trabalho dirigido por Ângelo Correia foi claro: "Conclusão do projecto de reestruturação da Saúde Militar incorporando o Hospital Militar de Belém como pólo do Hospital das Forças Armadas, passando a constituir-se como centro de referência e inovação no apoio ao combate às pandemias e como unidade de cuidados continuados".

[49](#) MARCELINO Valentina. (2021) - Hospital Militar de Belém. Volta a esperança de reerguer um centro para tratar doenças infecciosas. Diário de Notícias de 24 agosto.

[50](#) Considerar o Hospital em similitude com Unidades Militares ou Bases da Força Aérea que estão "dormentes" para uma futura utilização pela NATO, caso necessário.